



Passos Maia Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Passos Maia Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Passos Maia Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Passos Maia Energética S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Passos Maia Energética S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 3 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa', written over a light blue horizontal line.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

DocuSigned by
Leandro Camilo
Signed by LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA, 1746205824
CPF: 1746205824
Signed Time: 03:36 març-26 2026 | 13:39 BRT
O: ICF-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Serial: AC Camargo-RTB-GS
E: F5A1289E894CB

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Passos Maia Energética S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.554	11.883	Fornecedores	11	2.324	1.243
Contas a receber	7	2.547	7.592	Partes relacionadas	13	148	604
Partes relacionadas	13	99	286	Salários e encargos sociais		34	52
Tributos a recuperar		205	213	Arrendamentos	14	114	129
Estoques		438	442	Tributos a recolher	15	69	382
Outros ativos	8	168	146	Imposto de renda e contribuição social	12	2.247	545
Total do ativo circulante		11.011	20.562	Dividendos a pagar	16.4	5.573	8.820
Não circulante				Total do passivo circulante		10.509	11.775
Outros ativos	8	3.803	3.042	Não circulante			
Imobilizado	9	79.371	82.418	Arrendamentos	14	45	151
Intangível	10	9.105	9.488	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	12.606	4.884
Total do ativo não circulante		92.279	94.948	Total do passivo não circulante		12.651	5.035
				Total do passivo		23.160	16.810
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social	16.1	47.617	57.617
				Reserva de capital	16.2	6.619	6.619
				Reservas de Lucros	16.3	25.894	34.464
				Total do patrimônio líquido		80.130	98.700
Total do ativo		103.290	115.510	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		103.290	115.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	17	49.198	49.434
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	18	(13.873)	(8.711)
Custo dos serviços prestados	18	(911)	—
		<u>(14.784)</u>	<u>(8.711)</u>
Lucro bruto		<u>34.414</u>	<u>40.723</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.314)	(1.998)
Outras (despesas) receitas		<u>(4.317)</u>	<u>(411)</u>
		<u>(5.631)</u>	<u>(2.409)</u>
Lucro operacional		<u>28.783</u>	<u>38.314</u>
Receitas financeiras	19	957	642
Despesas financeiras	19	<u>(2.715)</u>	<u>(50)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>(1.758)</u>	592
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>27.025</u>	<u>38.906</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(3.560)	(1.769)
Lucro líquido do exercício		<u>23.465</u>	<u>37.137</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	21	<u>1,327</u>	<u>1,563</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício		23.465	37.137
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:			
Total do resultado abrangente do exercício		23.465	37.137

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2024		57.617	6.619	6.146	24.419	—	94.801
Dividendos adicionais distribuídos	16.4	—	—	—	(24.418)	—	(24.418)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	37.137	37.137
Constituição de reserva legal	16.3.1	—	—	1.857	—	(1.857)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	16.4	—	—	—	—	(8.820)	(8.820)
Constituição de reserva de retenção de lucros	16.3	—	—	—	26.460	(26.460)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		57.617	6.619	8.003	26.461	—	98.700
Aumento (Redução) de capital	16.1	(10.000)	—	—	—	—	(10.000)
Dividendos adicionais distribuídos	16.4	—	—	—	(26.461)	—	(26.461)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	23.465	23.465
Constituição de reserva legal	16.3.1	—	—	1.173	—	(1.173)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	16.4	—	—	—	—	(5.573)	(5.573)
Constituição de reserva de retenção de lucros	16.3	—	—	—	16.719	(16.719)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		47.617	6.619	9.176	16.718	—	80.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas		27.025	38.906
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	9	3.585	3.432
Provisão (Reversão) para Passivos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	20	7.722	3.544
Despesas financeiras sobre arrendamentos	14	—	47
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		11.307	7.023
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques		4	(19)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	5.044	(22)
Créditos tributários a recuperar		8	(210)
Transações com Entidades Relacionadas	13	(269)	(207)
Movimentações de outros ativos		(782)	(3.007)
Fornecedores e outras obrigações		1.081	708
Despesas com Remunerações e Encargos Sociais		(19)	(18)
Imposto e contribuição a pagar	12	(313)	645
Movimentações de outros passivos		—	233
Total das variações nos ativos e passivos:		4.756	(1.896)
Caixa gerado nas operações		43.088	44.033
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(1.859)	(1.311)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		41.229	42.722
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	(155)	(787)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(155)	(787)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		(10.000)	—
Pagamentos de arrendamentos	14	(121)	(74)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	16	(35.281)	(32.558)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(45.402)	(32.632)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(4.328)	9.303
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.883	2.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.554	11.883
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(4.329)	9.303

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Víctor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011.

A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025. Em 20 de maio de 2011 foi assinado um aditivo contratual entre as partes que estende o prazo desta transação para 31 de dezembro de 2030.

A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e Adami S.A. - Madeiras (“Adami”), ambas detendo 50% das ações do empreendimento cada.

Em 23 de fevereiro de 2022, a Resolução autorizativa ANEEL nº 11.131/2022 que ajustou o prazo de autorização da usina representando uma extensão por COD (Comercial Operating Date) onde o prazo de 30 anos de outorga passa a ser contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Tal ajuste representou uma extensão de 7,97 anos na autorização da usina.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 3 de março de 2026.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**2.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Tal prática se aplica àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.5 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

2.5.1 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, são aplicados sobre o valor dos ativos e passivos financeiros deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment), se aplicável, e são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

2.5.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

2.5.2.1 Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.2.3 Impairment de ativos financeiros**2.5.2.3.1 Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição e/ou construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

2.8 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes à sua aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear, limitados ao prazo de autorização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não sofrem amortização, mas são testados para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.1 Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente, os bens dos ativos imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2025, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança sem incluir as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.13 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.14 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.15 Lucro por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no exercício em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.17 Autorização não onerosa

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2.18 Reconhecimento da receita**2.18.1 Venda de energia elétrica**

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a entrega de energia elétrica ocorre e o controle do cliente sobre esta energia é estabelecido. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do Generation Scalling Factor - GSF, que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

2.18.2 Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando a obrigação de desempenho foi atendida e o controle do serviço é transferido ao cliente. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.18.3 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

2.19 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida norma não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Reforma tributária sobre o consumo e efeitos do Pilar 2

A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2025.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em paralelo, e em conformidade com a Lei 15.079/2024 e IN RFB nº 2.228/2024, a Companhia avaliou uma taxa efetiva Globe de imposto inferior a 15% e reconheceu os devidos efeitos tributários sobre os impostos correntes no resultado do exercício de 2025.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

3.1 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

3.2 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4 Política de gestão de riscos financeiros**4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para	Mensuração
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis

4.2 Risco de mercado

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes e possui um único contrato de venda de energia incentivada com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"). Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

4.4 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.554	11.883
Contas a receber	2.547	7.592
Partes relacionadas	99	286
	<u>10.200</u>	<u>19.761</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	2.324	1.243
Dividendos	5.573	8.820
Partes relacionadas	148	604
Arrendamentos	159	280
	<u>8.204</u>	<u>10.947</u>

6 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Contas bancárias em moeda funcional	1.883	26
Aplicações financeiras com liquidez imediata	5.671	11.857
	<u>7.554</u>	<u>11.883</u>

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 96,50% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,00% em 31 de dezembro de 2024). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Contas a receber

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecimento de energia elétrica	1.899	5.805
Saldo de mercado de curto prazo	648	1.787
	2.547	7.592

Apresentados como:

Ativo circulante	2.547	7.592
------------------	-------	-------

A Companhia avalia a qualidade de crédito de seu cliente periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

8 Outros ativos

O grupo de outros ativos representados pelo montante de R\$3.971 (R\$3.188 em 31 de dezembro de 2024) é composto por depósitos judiciais e despesas antecipadas com seguros de natureza de performance bond e risco de engenharia.

	31.12.2025	31.12.2024
Outros ativos	3.805	3.042
Despesas antecipadas com seguros	166	146
	3.971	3.188

Apresentados como:

Ativo circulante	168	146
Ativo não circulante	3.803	3.042

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9 Imobilizado

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas médias de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2025			31.12.2024		
Terrenos	—	194	(67)	127	194	(67)	127
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,58 %	72.922	(29.954)	42.968	72.922	(28.806)	44.116
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,23 %	28.993	(13.350)	15.643	28.993	(12.492)	16.501
Máquinas e Equipamentos	4,59 %	36.740	(17.284)	19.456	36.251	(16.244)	20.007
Linhas de transmissão	3,73 %	15	(6)	9	15	(5)	10
Outros ativos	7,78 %	1.311	(392)	919	1.267	(363)	904
Imobilizado em curso	—	13	—	13	399	—	399
Arrendamentos	33,33 %	354	(118)	236	354	—	354
		140.542	(61.171)	79.371	140.395	(57.977)	82.418

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 1.01.2024	127	45.265	17.359	20.828	10	678	415	—	84.682
Adições	—	—	—	—	—	—	787	—	787
Transferências	—	—	—	204	—	245	(803)	354	—
Depreciação	—	(1.149)	(858)	(1.025)	—	(19)	—	—	(3.051)
Saldo em 31.12.2024	127	44.116	16.501	20.007	10	904	399	354	82.418
Adições	—	—	—	—	—	—	155	—	155
Transferências	—	—	—	489	—	44	(533)	—	—
Transferência para outras linhas de Balanço*	—	—	—	—	—	—	(8)	—	(8)
Depreciação	—	(1.148)	(858)	(1.040)	(1)	(29)	—	(118)	(3.194)
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31.12.2025	127	42.968	15.643	19.456	9	919	13	236	79.371

*Valor transferido para a linha de intangível no Balanço Patrimonial conforme natureza dos ativos.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Intangível

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de amortização a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		31.12.2025			31.12.2024		
Softwares	20,00 %	505	(498)	7	497	(497)	—
Extensão de outorga	3,66 %	10.439	(1.797)	8.642	10.439	(1.423)	9.016
Outros Intangíveis	2,79 %	724	(268)	456	724	(252)	472
		11.668	(2.563)	9.105	11.660	(2.172)	9.488

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
1.01.2024	7	9.390	472	9.869
Amortização	(7)	(374)	—	(381)
31.12.2024	—	9.016	472	9.488
Transferência para outras linhas de balanço*	8	—	—	8
Amortização	(1)	(374)	(16)	(391)
31.12.2025	7	8.642	456	9.105

*Valor transferido da linha de imobilizado do Balanço Patrimonial conforme natureza dos ativos.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores é representado em sua maioria pela provisão de custos com energia elétrica no referido exercício.

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de materiais e serviços	534	738
Mercado de curto prazo a pagar	1.790	505
	2.324	1.243

Apresentados como:

Passivo circulante	2.324	1.243
Passivo não circulante	—	—

12 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo presumido	56.370	51.023	56.370	51.023
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	4.510	4.082	6.764	6.123
Receita financeira	957	651	957	651
Base de Cálculo	5.467	4.733	7.722	6.774
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(1.367)	(1.183)	(695)	(610)
Outros efeitos em tributos	28	—	21	—
Dedução adicional IRPJ	24	24	—	—
Pillar 2 *	—	—	(1.572)	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.315)	(1.159)	(2.246)	(610)

*A partir de 2025 a Companhia passou a analisar e registrar os impactos do Pilar 2 que entrou em vigor no Brasil por meio da medida provisória nº 1.262 e, ao mesmo tempo, pela Instrução Normativa nº 2.228.

Para 2025 a alíquota efetiva de imposto é a seguinte:

	2025
Tributos abrangidos ajustados	2.038
Lucro líquido GloBE	27.074
Alíquota efetiva	7,53 %

13 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços e condições em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Ativo Circulante			
Contas a receber			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	—	8
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(iii)	86	278
Santa Laura S.A.	(i)	13	—
		<u>99</u>	<u>286</u>
Passivo circulante			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	106	118
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	—	454
Santa Laura S.A.	(iv)	42	32
		<u>148</u>	<u>604</u>
Dividendos a pagar			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(v)	2.787	4.410
Adami S.A - Madeiras	(v)	2.787	4.410
		<u>5.573</u>	<u>8.820</u>

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 :

		<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Resultado			
Receita na venda de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(iii)	1.289	1.461
		<u>1.289</u>	<u>1.461</u>
Custo da compra de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	(932)	(985)
		<u>(932)</u>	<u>(985)</u>
Receitas de serviços prestados			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	—	(617)
Esmeralda S.A.	(iv)	1	—
Moinho S.A.	(iv)	4	—
Santa Laura S.A.	(iv)	94	—
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	17	—
		<u>116</u>	<u>(617)</u>
Custo dos serviços prestados			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(250)	(156)
Santa Laura	(i)	(491)	(32)
		<u>(741)</u>	<u>(188)</u>
Total de Custos e Despesas		<u><u>(367)</u></u>	<u><u>288</u></u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Saldo composto por compra de energia.
- (iii) Saldo composto por venda de energia.
- (iv) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Saldo a pagar referente a dividendos obrigatórios.

13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

14 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de locação de veículos. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Menos de 1 ano	141	141
Entre 2 e 5 anos	46	186
Total dos pagamentos mínimos	<u>187</u>	<u>327</u>
Encargos financeiros futuros	(28)	(47)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>159</u>	<u>280</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	114	129
Passivo não circulante	45	151

14.1 Mutação dos arrendamentos no passivo

A mensuração inicial do ativo de direito de uso corresponde ao total da obrigação reconhecida ao valor presente.

Saldo em 1 de janeiro de 2024	<u>—</u>
Adições	354
Amortização	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>280</u>
Amortização	(121)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>159</u>

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15 Tributos a recolher

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	40	291
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	—	8
Imposto de importação	—	5
Imposto sobre a renda retido na fonte	12	14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1	1
Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	16	63
	<u>69</u>	<u>382</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	69	382

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

Durante o ano de 2025 a Companhia apresentou redução de capital de R\$ 10.000. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado pelo montante de R\$47.617 (R\$57.617 em 31 de dezembro de 2024) e por 13.761.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (23.761.700 ações em 31 de dezembro de 2024), distribuídas igualmente em 6.880.850 ações para a acionista Adami S.A. - Madeiras e 6.880.850 ações para a acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

16.2 Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, em anos anteriores, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

16.3 Reservas de lucros**16.3.1 Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

16.3.2 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

16.4 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2025 foram distribuídos R\$26.461 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	23.465	37.137
Constituição da reserva legal	(1.173)	(1.857)
Base de cálculo	22.292	35.280
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	5.573	8.820
Dividendos adicionais	26.461	24.418
Total de distribuição de dividendos do exercício	32.034	33.238
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	0,235	0,371
Dividendos adicionais por ação - em R\$	1,114	1,028
	1,348	1,399

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

1 de janeiro de 2024	8.140
Dividendos adicionais aprovados	24.418
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	8.820
Pagamento de dividendos	(32.558)
31 de dezembro de 2024	8.820
Dividendos adicionais aprovados	26.461
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	5.573
Pagamento de dividendos	(35.281)
31 de dezembro de 2025	5.573

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita de fornecimento de energia elétrica	50.945	51.218
Receita de prestação de serviços	116	85
Total da receita operacional bruta	<u>51.061</u>	<u>51.303</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(332)	(333)
COFINS	(1.531)	(1.536)
Total das deduções sobre a receita	<u>(1.863)</u>	<u>(1.869)</u>
Receita operacional líquida	<u>49.198</u>	<u>49.434</u>

18 Custos e despesas**18.1 Custos**

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(8.457)	(2.571)
Depreciação e amortização	(3.584)	(3.431)
Encargos setoriais	(1.107)	(1.146)
Serviços tomados de partes relacionadas	(787)	(617)
Serviços de terceiros	(66)	(287)
Salários e encargos sociais	(124)	—
Seguros fianças e comissões	(659)	(659)
	<u>(14.784)</u>	<u>(8.711)</u>

18.2 Despesas

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Serviços de terceiros	(706)	(842)
Serviços tomados de partes relacionadas	—	(184)
Impostos e taxas	—	(18)
Materiais	(109)	(136)
Viagens e estadias	(14)	(413)
Salários e encargos sociais	—	(169)
Aluguel	—	(60)
Outros	(68)	(74)
	<u>(1.314)</u>	<u>(1.998)</u>

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1	1
Rendimentos de aplicações financeiras	957	641
Total da receita financeira	<u>958</u>	<u>642</u>
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(35)	(10)
Juros sobre arrendamento mercantil	(26)	(26)
Atualização financeira de passivo contingente	(2.655)	(9)
Variação cambial passiva	—	(5)
Total da despesa financeira	<u>(2.716)</u>	<u>(50)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(1.758)</u>	<u>592</u>

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Cíveis	12.606	4.884
	<u>12.606</u>	<u>4.884</u>

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

1 de janeiro de 2024	<u>1.340</u>
Adição	3.043
Atualização *	501
31 de dezembro de 2024	<u>4.884</u>
Adição	5.067
Atualização *	2.655
31 de dezembro de 2025	<u>12.606</u>

*A maior representatividade do valor de atualização, apresentado no quadro a cima, se refere a atualização financeira de processo cível que em 2025 passou a ser provável de perda, gerando o impacto do registro contábil de provisão.

20.1 Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2025 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Processos investigativos

a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$22.928 em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft, na avaliação da Administração da acionista SKER não há expectativa de desembolsos futuros.

b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	23.465	37.137
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	17.680	23.762
Lucro diluído por ação	<u>1,327</u>	<u>1,563</u>

22 Outros riscos**22.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão**

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

22.2 Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

Passos Maia Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. A Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

23 Seguros (não auditado)

A Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguros de Risco Operacional e Responsabilidade Civil Geral com vigência de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C1F2DAAF-559F-4F90-932D-7406CED3974D

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: PASSOSMAIA25.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 29

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Christian Urbainski

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

christian.urbainski@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.20

Rastreamento de registros

Status: Original

03 de março de 2026 | 10:08

Portador: Christian Urbainski

christian.urbainski@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

03 de março de 2026 | 13:59

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Leandro Camilo

leandro.camilo@pwc.com

Leandro Camilo - Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC Certisign RFB G5

Assunto: CN=LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA:17482053824

Assinatura

DocuSigned by:

 E75A12898EB94CB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.215.152.4

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 03 de março de 2026 | 10:11

Visualizado: 03 de março de 2026 | 13:59

Assinado: 03 de março de 2026 | 13:59

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 22 de novembro de 2021 | 11:09

ID: 87a4ae23-b018-493c-b849-9ffc9d6797b1

Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Christian Urbainski christian.urbainski@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 03 de março de 2026 13:59 Visualizado: 03 de março de 2026 13:59 Assinado: 03 de março de 2026 13:59
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03 de março de 2026 10:11
Entrega certificada	Segurança verificada	03 de março de 2026 13:59
Assinatura concluída	Segurança verificada	03 de março de 2026 13:59
Concluído	Segurança verificada	03 de março de 2026 13:59

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.